

3

Construção do objeto

3.1

Apresentando o Município de Rio das Ostras

Traçaremos um perfil geral do Município de Rio das Ostras com base nos dados do relatório do Tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE), nos anos 2007 e 2008¹. Nossa intenção não é fazer uma apresentação detalhada do município, o que seria muito complexo devido à sua recente emancipação e o seu próprio processo de crescimento econômico e transformação sócio-espacial nos últimos anos, principalmente após o recebimento dos royalties do petróleo. Estaremos apenas destacando aspectos básicos, a saber: histórico, caracterização do município, aspectos demográficos e aspectos turísticos.

Em entrevista com a Secretária de Ciência e Tecnologia Sra. Kátia Brandão², tomamos conhecimento de algumas demandas do município. Nossa análise também fará referência a essas demandas, tendo sempre as dimensões e critérios de sustentabilidade, e os valores éticos como referência.

3.1.1

Breve Histórico³

Inicialmente ocupado por índios Tamoios e Goitacazes, o território que hoje compreende o município de Rio das Ostras era constituído pela sesmaria concedida pelo capitão-mor e governador do Rio de Janeiro, Martin Corrêa de Sá, em 1º de agosto de 1630, aos padres da Companhia de Jesus. A sesmaria tinha

¹ Documento fornecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro através do site (<http://www.tce.rj.gov.br/main.asp?View={3E2EC6C4-7885-4703-BF6D-A590430CFD4D}¶ms=pMunicipio=81>). Acessado em 15/08/2009.

² Entrevista concedida no dia 23 de janeiro de 2009.

³ Fontes: Estudos para o Planejamento Municipal – SECPLAN/FIDERJ – 1978; Abreu, A. “Municípios e Topônimos Fluminenses –Histórico e Memória”. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1994 e sítio www.riodasostras.rj.gov.br.

como limites o rio Iriri – atual rio das Ostras – ao sul, e o rio dos Bagres, ao norte. Os índios e os jesuítas deixaram suas marcas em obras como a da antiga igreja de Nossa Senhora da Conceição, o poço de pedras e o cemitério. Após a expulsão dos jesuítas no ano de 1759, a igreja foi terminada no final do século XVIII, provavelmente por Beneditinos e Carmelitas.

As primeiras notícias sobre a área onde hoje se situam os municípios de Casimiro de Abreu e Rio das Ostras datam do princípio do século XVIII, quando, de uma antiga aldeia de índios, originou-se a freguesia denominada Sacra Família de Ipuca, em 1761.

A ocorrência de freqüentes epidemias naquela localidade fez com que a sede da freguesia fosse transferida para a foz do Rio São João, que já possuía núcleos de pescadores. O desenvolvimento aí verificado determinou a criação do município de Barra de São João em 1846, cujo território foi desmembrado do município de Macaé, tendo sido o arraial de Barra de São João elevado à categoria de vila, que desempenhava função portuária de exportação dos produtos agrícolas locais para o Rio de Janeiro.

Durante todo esse período, a estrutura econômica do futuro município de Casimiro de Abreu esteve baseada na agricultura. O isolamento físico associado à ausência de atividades agrícolas dinâmicas foi responsável pela pequena expansão do núcleo, que iniciou acentuado declínio a partir de 1888, com a libertação dos escravos.

O desajustamento da economia do município ocasionado pela Lei Áurea deu motivo a repetidos deslocamentos de sua sede entre Barra de São João, assolada por surtos de malária, e Indaiapu (antiga denominação da sede de Casimiro de Abreu), sendo a mesma definitivamente fixada na última localidade em 1925, que passaria a se chamar em seguida Casimiro de Abreu, nome atribuído a todo o município em 1938.

Já a localidade de Rio das Ostras, como rota de tropeiros e comerciantes rumo a Campos e Macaé, teve um progressivo desenvolvimento com a atividade da pesca, que foi o sustentáculo econômico da cidade até meados do século XX. Rio das Ostras constitui-se em núcleo recente, da década de 50. A construção da Rodovia Amaral Peixoto, a expansão turística da Região dos Lagos e a instalação da Petrobras foram de extrema importância para o crescimento e desenvolvimento da cidade, que viu sua população crescer e chegar o momento de sua emancipação

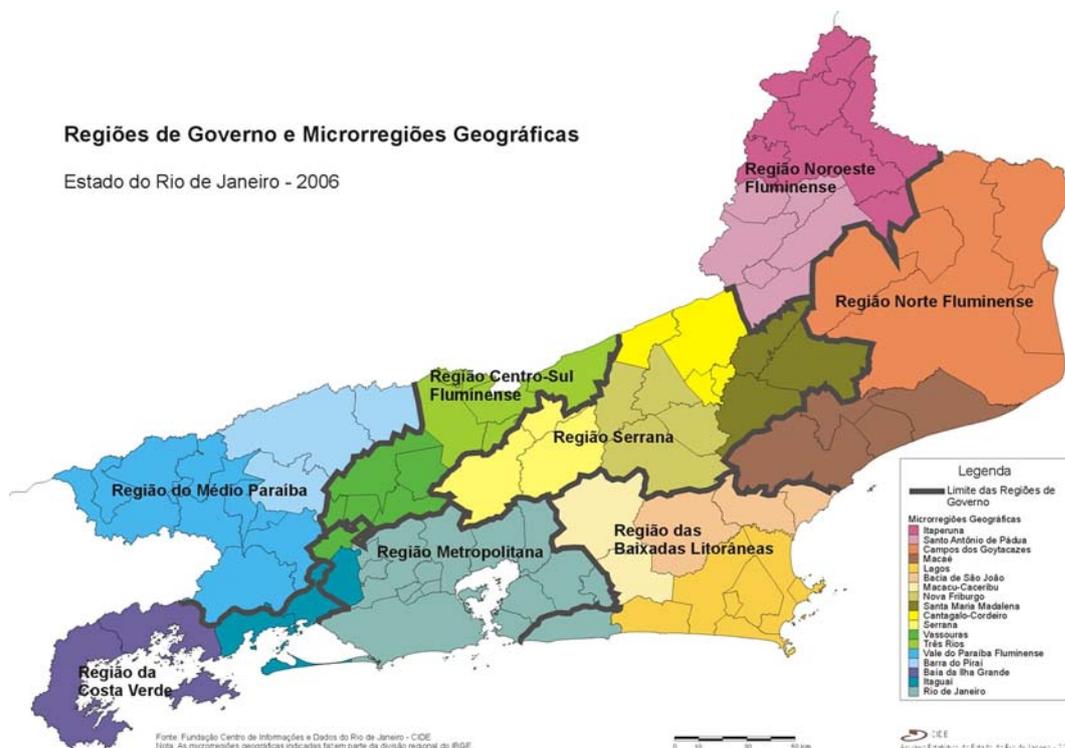
político-administrativa do município de Casimiro de Abreu, em 1992, dada pela Lei N.º 1.894, de 10 de abril daquele ano, e instalação em 1º de janeiro de 1993.

3.1.2

Caracterização do Município

Rio das Ostras pertence à Região das Baixadas Litorâneas (figura 1), que também abrange os municípios de Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, São Pedro d'Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

Figura 1: Regiões de Governo e Microrregiões Geográficas



Fonte: TCE-RJ - Estudo Socioeconômico dos Municípios do Rio de Janeiro 2008. Rio das Ostras, pag.7.

O município tem um único distrito-sede, ocupando uma área total de 230,4 quilômetros quadrados, correspondentes a 4,2% da área da Região das Baixadas Litorâneas. Os limites municipais, no sentido horário, são: Macaé, Oceano Atlântico e Casimiro de Abreu.

Rio das Ostras dista nove quilômetros de Barra de São João, distrito de Casimiro de Abreu, e desenvolve-se a partir da RJ-106, que corta a área urbana

em duas partes, no sentido sul-norte, onde alcança Macaé. A RJ-162 estabelece a ligação com a BR-101, em Casimiro de Abreu, a oeste. A ferrovia Rio-Vitória passa pelo território municipal.

3.1.3

Aspectos Demográficos

De acordo com o Censo, em 2000, Rio das Ostras tinha uma população de 36.419 habitantes, correspondentes a 5,7% do contingente da Região das Baixadas Litorâneas, com uma proporção de 99,2 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 177 habitantes/km², contra 111 habitantes/km² de sua região.

A população de Rio das Ostras em 2007 era de 74.789 habitantes. O município tem um contingente de 43.038 eleitores, correspondentes a 58% do total da população.

Segundo o levantamento, o município possuía 22.261 domicílios, com uma taxa de ocupação de 48%. Dos 11.495 domicílios não ocupados, 79% eram de uso ocasional, demonstrando o forte perfil turístico local.

A zona urbana corresponde a cerca de 14,3% da área total do município e é constituída por três núcleos principais: o núcleo urbano propriamente dito – Rio das Ostras, com 2.857,82 há, o de Rocha Leão, com 34,62 há e o do Mar do Norte, com 435,85 há. O núcleo urbano de Rio das Ostras corresponde a 86% da zona urbana, estendendo-se desde a divisa com o Município de Casimiro de Abreu, na Estrada Velha do Rio Dourado, até a Fazenda Itapebussus, em ambos os lados da Rodovia Amaral Peixoto.

Este núcleo consolidou-se a partir da drenagem e do aterramento de áreas originalmente alagadas, à custa da redução dos ecossistemas de manguezal e de restinga, desde a década de 50 até os dias atuais. A urbanização de áreas por loteamentos regularizados ou por invasões irregulares, com desmatamento, obras de terraplanagem, ocupação de margens de corpos hídricos tem se dado de forma a comprometer a paisagem local e o funcionamento de ecossistemas como lagoas, manguezais e restingas. A ocupação das áreas mais nobres em geral se dá por pessoas de mais alto poder aquisitivo em loteamentos regularizados nas décadas

de 50 e 60, sobre campos, brejos e restingas; enquanto outras vêm sendo ocupadas pela população de baixa renda, através de invasão e aterro de manguezais.

Segundo informações da Secretária de Ciência e Tecnologia, Senhora Kátia Brandão 15, baseados em fontes de pesquisa do IBGE, a população de Rio das Ostras era de apenas 19.000 habitantes no ano de sua emancipação em 1993. Hoje esse número está próximo dos 100.000 habitantes, sendo que entre os anos de 2004 e 2008 a população dobrou (Ver Anexo7.3, Gráfico1, pag95). Seu crescimento populacional é de 10% ao ano. Segundo a secretária, e de acordo com dados do IBGE de 2007, 97% da população de Rio das Ostras é composta de pessoas que não são nativas do município. Esses números revelam uma dinâmica populacional característica da região nos últimos anos, devido à exploração de petróleo nos municípios vizinhos, e principalmente em relação ao município de Macaé. Sobre essa relação o geógrafo Faber Paganoto nos revela que:

“O alto custo dos terrenos e aluguéis em Macaé faz com que, até hoje, grande parte da mão-de-obra de nível técnico resida em Campos dos Goytacazes e outros municípios vizinhos de Macaé, como Casimiro de Abreu, Carapebus, Quissamã e, especialmente, Rio das Ostras. O elevado custo de moradia em Macaé tem provocado uma procura cada vez maior por imóveis, para compra ou locação, em cidades próximas, especialmente em Rio das Ostras, e isto se reflete em acelerado crescimento populacional destes municípios, sugerindo que alguns deles estejam desempenhando o papel de diques populacionais, ou seja, absorvendo parte da população migrante que antes se dirigia diretamente para Macaé” (PAGANOTO, F. 2008 pag.91).

O grande desafio do poder público, segundo a secretária, é atender a demanda de necessidade da população principalmente no que se refere saúde, educação, assistência social, ocupação urbana ordenada e preservação ambiental.

Acreditamos que o grande desafio da prefeitura seja a inclusão por critério de política pública dos impactos da dinâmica demográfica, respeitando as taxas atuais e perspectivas futuras de crescimento da população, levando em conta sua composição etária e outras variáveis, para uma gestão de base de recursos naturais e de capacidade de carga ou recuperação dos ecossistemas. Alertamos também para a questão do critério territorial, na melhoria do ambiente urbano e na diminuição das disparidades regionais. Vemos aqui a importância do valor que sem tem o processo de territorialização das unidades de conservação do município, não só na perspectiva de isolamento e/ou cerceamento para impedir o processo de expansão imobiliária e assegurar a biodiversidade, mas também na perspectiva de valorização das áreas enquanto refúgio para atividades educativas

socioambientais e integração da população como um todo com a paisagem natural e seus atributos.

(ver Anexo 7.2, Figura 2, pág 90)

(ver Anexo 7.3, Gráfico 1, pág 95)

(ver Anexo 7.4, Mapa, pág 98)

3.1.4

Aspectos Turísticos

Selecionamos este item, pois acreditamos que o turismo proporciona diversos benefícios gerando empregos, bens e serviços e melhora a qualidade de vida da população. No caso de Rio das Ostras o turismo é um fator primordial na dinâmica econômica da cidade. Ajuda, ainda, a custear a preservação dos sítios arqueológicos, e outros fragmentos históricos, melhora a auto-estima da comunidade local e traz uma maior compreensão das pessoas de diversas origens. Destacamos anteriormente que a inter-relação das escalas local, regional e global é fundamental, dentro de uma perspectiva ecocêntrica, para consolidação de uma racionalidade ambiental que promova a sustentabilidade. Assim o turismo se caracteriza como grande veículo para divulgar experiências locais frutíferas relacionadas à sustentabilidades e aos valores ético-ambientais.

Segundo a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, a TurisRio, os potenciais turísticos do Estado estão divididos em treze regiões distintas, conforme suas características individuais. A região turística em questão é denominada de Costa do Sol e é composta por 13 municípios, á saber: Araruama; Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Carapebus; Casimiro de Abreu, com destaque para Barra de São João; Iguaba Grande; Macaé; Maricá; Quissamã; Rio das Ostras; São Pedro da Aldeia e Saquarema.

Rio das Ostras leva esse nome devido à grande concentração de ostras nas lajes existentes no encontro do Rio com o mar. É um lugar onde a natureza se destaca graças à exuberância de suas praias com areias monazíticas e ilhas oceânicas. O Rio também é uma atração. Navegável para barcos de pequeno porte e prática de esportes.

O relatório do TCU destaca diversas atrações naturais e culturais do município. Logicamente que a maioria são praias, costões, ilhas e lagoas. Dentre as atrações naturais destacamos do relatório as seguintes:

- Praia da Tartaruga, localizada em uma pequena enseada situada entre as praias do Abricó e Praia do Bosque, com 1km de extensão, é rodeada por residências de veraneio e pousadas e suas águas são mansas e mornas.

- Praia do Bosque, situada em outra pequena enseada, em seu extremo direito destacam-se frondosas árvores.

- Praia de Rio das Ostras, com 1800 metros de extensão, apresenta casuarinas e amendoeiras plantadas em sua orla e frondosas figueiras no trecho direito, conhecido como Praia da Figueira. Águas transparentes, mornas e esverdeadas, tem areias amareladas, coloração típica das areias monazíticas das praias da região.

- Praias do Costa Azul, com 4.500m de extensão, se apresentam com nomes diversos, geralmente semelhantes aos dos condomínios ou loteamentos existentes em sua orla, tais como Praia de Caledônia, da Figueira, da Bela Vista etc. Na orla de Costa Azul foi realizado o projeto de urbanização, onde se destaca a incorporação de espécies nativas de restinga no projeto paisagístico, e a construção de áreas de lazer integradas com a vegetação. Faremos mais adiante uma análise do projeto de urbanização da orla de Costa Azul.

- Ilha das Pombas, localizada em frente à Praia da Joana, também é chamada Ilha do Coqueiro por ter apenas um coqueiro solitário.

- Ilha do Costa, tem uma área de 6 mil m² no formato de uma grande laje. Como ela há mais quatro ilhas de características parecidas que variam de ½ a 1 ½ milha náutica da Boca da Barra.

Observamos que o potencial turístico do município é enorme com exaltação as suas paisagens e belezas naturais. Recorremos então à dimensão da sustentabilidade institucional, pois esta “ requer em sua forma mais ampla uma mudança por parte do sistema impositivo em sua base sobre o capital e o trabalho através de um norteamento pela “carga ambiental”, que seria uma redefinição da contabilidade nacional, patrimonial e empresarial em detrimento da lógica da sustentabilidade ”. Aplicada a uma dimensão mais local e juntamente com o critério territorial da sustentabilidade, queremos reforçar a idéia de que o turismo, enquanto atividade econômica e de lazer, é um dos fatores fundamentais para uma

nova definição no processo de (re)territorialização dos valores socioambientais do município. A geógrafa Regina Célia de Mattos nos ajuda a refletir sobre essa questão:

“A remodelação do espaço riostrense com equipamentos tradutores de uma lógica de conforto, bem-estar e modernidade e sua generosa e bela natureza promoveram uma valorização do lugar, articulando-o, cada vez mais, ao olhar da turisficação. O turismo sempre aqui esteve presente como atividade econômica e de lazer; entretanto, o direcionamento de recursos para a modernização e a promoção de freqüentes eventos de atração regional/nacional propicia uma veloz absorção de valores e necessidades materiais que, na mesma proporção, contaminam o imaginário social local, identificando-o, cada vez mais, com o global. O turismo é uma ação humana, mas, fundamentalmente, um grande negócio de valorização das singularidades dos lugares, das culturas e de suas concretas expressões” (MATTOS, R.C. de. 2002 pag.12).

Dentre as atrações culturais destacamos as seguintes:

- Estação Ferroviária de Rocha Leão, construída pela mão-de-obra de escravos, no final do século XIX, tem suas paredes de blocos de pedra bruta ligadas por uma mistura de barro e estrume de boi. Aí se encontra o Centro Ferroviário Cultural, administrado pela Fundação Rio das Ostras de Cultura, com o objetivo de trazer para esse distrito um espaço cultural, bem como Centro de Memória, com biblioteca, sala de exposições, oficina de arte, teatro e literatura.

- Museu do Sítio Arqueológico – Sambaqui da Tarioba, localizado na Casa da Cultura de Rio das Ostras, tem em exposição ostras gigantes, conchas, pedras que caracterizam estrutura de abrigo, lâminas de machado de pedras e restos de esqueletos fragmentados, em reconstituição da pré-história da região.

Segundo a secretária de ciência e tecnologia a senhora Kátia Brandão, o resgate da memória cultural, através da criação dos sítios arqueológicos e de monumentos histórico culturais, foi uma das prioridades do governo para resgatar junto a população o sentido de pertencimento e conhecimento da cultura histórica local.

Na Praça de São Pedro, no centro da cidade, foi tombada a Figueira (*Ficus cylophylla*) centenária (foto5) onde a população local se reunia antigamente para contar histórias. Houve também o resgate, e medidas de incentivo de divulgação, da literatura local. Resgatou-se o poço de pedra (foto6) onde a população antiga pegava água, e fez-se uma escultura simbolizando antigos moradores nativos servindo-se do poço. No critério cultural da sustentabilidade ressalta-se a necessidade de mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação). Assim vemos que é de fundamental importância desse

resgate cultural para promover o processo de reterritorialização. Especificamente sobre esses fragmentos de Rio das Ostras temos:

“É necessário estar atento para não associar reterritorialização à xenofobia e á intolerância com relação ao outro, ao diferente. Algumas medidas no sentido de revalorizar símbolos locais, como, por exemplo, a figueira da praia, o poço da praça e alguns sítios históricos, servem para mostrar essa preocupação”. (RUA 2002, pág.25).

(ver Anexo 7.1, Fotos 1 e 2, pág 80)

Ressaltando a questão da preservação dos sítios arqueológicos e seus valores relacionados têm-se a seguinte reflexão:

“O Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba (Trindade, 1999) e tantos outros sítios conservados hoje em Rio das Ostras são testemunhos de uma cultura pré-histórica na região, permeada de valores ético-ambientais que merecem ser conhecidos e divulgados para as atuais e futuras gerações, sobretudo aqueles valores que nos ajudam a manter a sustentabilidade social e ambiental do município, evitando a destruição do meio ambiente e a perda dos princípios humanísticos, religiosos e culturais” (SIQUEIRA 2002, pag.56).